

MENSAGEM N.º 67/2017

Senhor Presidente,

Senhora Vereadora,

Senhores Vereadores,

Tenho a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei n.º 67, de 26 de outubro de 2017, que **“Autoriza a concessão de férias coletivas no âmbito da Administração Municipal e dá outras providências”**

Excelentíssimos Vereadores! É relevante mencionar que o atual cenário econômico e orçamentário do Município de Iturama exige a adequação das contas públicas, e que aos Municípios, por força do disposto nos artigos 18 e 39 da Constituição Federal, são dotados de autonomia administrativa e competência para legislar sobre o regime jurídico de seus servidores;

Com o fim de reduzir as despesas de custeio sem comprometer a efetividade, eficiência e eficácia da prestação de serviços públicos, as férias coletivas proporcionará significativa redução nos gastos operacionais, inclusive dos gastos com energia elétrica, telefone, água e outros no período mencionado.

Considerando, portanto, a necessidade de redução dos gastos do município e oportunamente o interesse público em questão, encaminho o presente projeto de Lei para a regulamentação das férias coletivas no âmbito da administração municipal.

Expostas, assim, razões de minha iniciativa, submeto o assunto a essa Casa de Leis, contando com o beneplácito de V.sas Excelências da matéria em pauta, em caráter de urgência.

Iturama-MG, 26 de outubro de 2017.



ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama-MG

ARQUIVADO

PROJETO DE LEI N.º 67, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

“Autoriza a concessão de férias coletivas no âmbito da Administração Municipal e dá outras providências”

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso I, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam concedidas férias coletivas aos servidores públicos municipais, suspendendo-se o expediente de trabalho dos órgãos da Administração Pública Municipal de Iturama/MG, no período de **01 de dezembro de 2017 a 15 de janeiro do ano de 2018**, excepcionando-se os serviços essenciais que, pela sua própria natureza, não poderão sofrer alterações.

§1º Compete ao Chefe do Poder Executivo estabelecer mediante decreto os serviços essenciais que pela natureza dos seus serviços, não permite a suspensão das atividades, ainda que em caráter temporário, observados os critérios de conveniência e oportunidade da Administração, cujos servidores ficam excepcionados, integral ou parcialmente, de usufruírem as férias no período de que trata o caput deste artigo.

§2º O funcionamento dos serviços essenciais será disciplinado em escala e número suficientes, por cada órgão, relativamente aos seus servidores e serviços, de forma a não sofrerem interrupções.

§3º Caberá à chefia imediata de cada órgão a responsabilidade de informar à Secretaria de Recursos Humanos a relação nominal dos servidores que aderiram ao gozo de férias coletivas no período constante do *caput* deste artigo, para fins de regularização funcional.

§4º Esta Lei não se aplica aos servidores públicos municipais integrantes da carreira do magistério, que deverão submeter-se às disposições da Lei Complementar Municipal nº 76 de 23 de março de 2015, que dispõe sobre o Estatuto e Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Magistério Público do Município de Iturama, usufruindo de tal período em caráter de férias escolares.

§5º Ficam excetuados ao *caput* do Art. 1º desta Lei os servidores públicos municipais contratados temporariamente, e que tenham seus contratos previstos para rescisão contratual em 31/12/2017.

Art. 2º Das férias coletivas, ora concedidas, serão abatidos 20 (vinte) dias do período normal de férias de cada funcionário, por ocasião de sua concessão.

Art. 3º Considerando-se que as férias coletivas abrangidas pela presente lei possuem caráter extraordinário, o Município pagará o adicional constitucional de 1/3 de férias no mês de fruição dos dias remanescentes, nas hipóteses em que o servidor solicitar com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência do período de gozo e com a anuência do superior imediato, e observada a disponibilidade orçamentária e financeira da Administração Municipal.

Art. 4º Poderá as Secretarias Municipais, em razão de excepcional interesse público, e em razão da necessidade administrativa improrrogável, de modo a preservar sua produtividade e resolutividade na execução dos mesmos, podendo convocar os servidores, a qualquer momento, a reassumir a jornada normal de trabalho originalmente prevista em seu contrato de trabalho ou ato de nomeação e posse, suspendendo o abatimento previsto no Art. 2º desta Lei na proporcionalidade dos dias gozados.

Art. 5º A Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura deverá tomar as providências cabíveis para o fiel cumprimento desta Lei, promovendo as anotações funcionais cabíveis.

Art. 6º No caso de servidores que ao tempo da concessão das férias coletivas não tenham adquirido o período aquisitivo de férias regulamentares, gozarão também das férias coletivas e terão abatidos 20 (vinte) dias do período normal de férias de cada funcionário, por ocasião de sua concessão, e o Município pagará o adicional constitucional de 1/3 de férias no mês de fruição dos dias remanescentes.

Art. 7º Os casos omissos e/ou contraditórios e demais disposições em contrário serão regulamentados por Decreto do Poder Executivo.

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Iturama-MG, 26 de outubro de 2017



ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama-MG

ARQUIVAR



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO AO PROJETO DE LEI Nº 67/2017

O Projeto de Lei nº 67/2017, de autoria do Poder Executivo, tem por finalidade disciplinar Férias Coletivas dos funcionários públicos da Prefeitura de Iturama, Estado de Minas Gerais.

A competência para proposição sobre a matéria esta de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal em seu inciso II do artigo 50, vejamos:

Art. 50. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:

(...)

II – servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

A matéria foi proposta através de norma adequada, pois não foi reservada a Lei Complementar, vejamos:

Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

I – Código Tributário do Município;

II – Código de obras;

III – Código de Posturas;

IV – Plano Diretor;

V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;

VI – lei instituidora da Guarda Municipal;

VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;

IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;

X – todas as Codificações.

A redação do artigo 3º contraria disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos, vejamos:

Art. 116º - Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional de 1/3 (um terço) da remuneração corresponde ao período de férias.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

Finalizando, o projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças Justiça e Legislação e Comissão de Orçamento e Tomada de Contas.

Ressalta-se, por fim, que o quorum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento e acatem o presente parecer, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261, do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.

Contudo, cabe explicitar que tal parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 20 de novembro de 2017.



David Tribioli Corrêa
Advogado
OAB/MG 139.335



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA
ESTADO DE MINAS GERAIS

FICHA DE CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 67/2017

AUTOR: PODER EXECUTIVO

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DATA DE RECEBIMENTO:
ANALISADO PELA ASSESSORIA JURÍDICA EM:
PARECER: ANEXO.

ENTREGUE À COMISSÃO:

FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO EM 22 / 11 /2017

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____ / ____ /2017

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM ____ / ____ /2017

ASSINATURA DO RELATOR: Edueas Amaral

ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS EM ____ / ____ /2017

PRAZO PARA A COMISSÃO APRESENTAR PARECER: ____ / ____ /2017

ASSINATURA DO PRESIDENTE: _____

ENTREGUE AO RELATOR EM ____ / ____ /2017

ASSINATURA DO RELATOR: _____

ORDEM DO DIAS DAS REUNIÕES **VISTO DO PRESIDENTE**

____ EM ____ / ____ /2017

____ EM ____ / ____ /2017



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 67/2017 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 67/2017, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser contrário como esta redigido no seu texto original.**

Câmara Municipal, em 22 de novembro de 2017

Presidente: Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento

Vice-Presidente: Ana Lúcia Menezes Santos

Relator: Fabrício Adão Dias Amaral

ARQUIVAR



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS

PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

PROJETO DE LEI Nº 67/2017 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)

DENOMINAÇÃO: “AUTORIZA A CONCESSÃO DE FÉRIAS COLETIVAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AUTOR: PODER EXECUTIVO

COMISSÃO: ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS

Os membros da(s) Comissão(ões) após a apreciação e estudo do Projeto de Lei nº 67/2017, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: **ser contrário a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.**

Câmara Municipal, em 22 de Novembro de 2017

Presidente: Renato José dos Reis

Vice-Presidente: Ricardo Oliveira de Freitas

Relator: Wender Peres de Lima (Túlio do Lanche)

ARQUIVAR